



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Superior IV
Engenheiro Civil - Orçamentação**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as questões e espaços para o rascunho do estudo de caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, caso julgue necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá escrever as respostas do Estudo de Caso, a tinta, no Caderno de Respostas. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 5 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e Caderno de Respostas).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Respostas do Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 3 referem-se ao texto abaixo.

Primeiras estórias é, certamente, o melhor livro para começar a entender Guimarães Rosa. Com uma variedade de temas e situações onde se encontram exemplares de vários tipos de conto – do fantástico ao anedótico, passando pelo psicológico, o autobiográfico e o satírico – Guimarães Rosa mantém seu estilo próprio com uma estrutura mais assimilável pelo leitor, em consequência do próprio gênero conto. O tratamento que é dado aos temas também é diversificado: ora patético, ora jocoso, ora sarcástico, lírico, erudito e popular.

A maioria dos contos desenrola-se numa região não especificada, mas reconhecível como a das obras anteriores, embora seu cenário seja apenas esboçado. E isso porque, como há um estilo Guimarães Rosa, há também um mundo, um universo Guimarães Rosa perfeitamente identificável, no sentido de que sua obra criou um âmbito próprio, um espaço geográfico e temporal que não se demarca por latitudes e longitudes, nem pelo calendário. É o espaço que circunscreve seus míticos personagens, e tão amplo como aquele outro, o mundo real, de cujos habitantes esses personagens são outras tantas facetas.

(Adaptado do texto de apresentação de **Primeiras estórias**, de Guimarães Rosa, retirado da quarta capa da 26ª edição – Ed. Nova Fronteira)

1. De acordo com o texto, é correto afirmar:
- (A) Ao qualificar de *míticos* os personagens do livro, o autor sugere não terem eles qualquer vínculo com as pessoas que de fato existem.
 - (B) **Primeiras estórias** é considerado pelo autor do texto como o melhor dos livros publicados por Guimarães Rosa.
 - (C) A diversidade presente em **Primeiras estórias** não se restringe à temática, mas se estende à composição dos próprios contos.
 - (D) Ainda que não tragam uma precisa demarcação geográfica – *latitudes e longitudes* –, todos os contos do livro se passam em torno da cidade onde nasceu Guimarães Rosa.
 - (E) A linguagem de **Primeiras estórias** é mais intrínca da do que aquela utilizada nos outros livros de Guimarães Rosa.

2. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:
- (A) *O tratamento que é dado aos temas* = O tratamento que lhes é dado.
 - (B) *que circunscreve seus míticos personagens* = que os circunscreve.
 - (C) *para começar a entender Guimarães Rosa* = para começar a entendê-lo.
 - (D) *sua obra criou um âmbito próprio* = sua obra criou-o.
 - (E) *Guimarães Rosa mantém seu estilo próprio* = Guimarães Rosa lhe mantém.

3. O verbo empregado pelo autor do texto no singular e que poderia igualmente ter sido empregado no plural, mantidos o sentido e a correção da frase, está em:
- (A) ... *um espaço geográfico e temporal que não se demarca por latitudes e longitudes* ...
 - (B) *A maioria dos contos desenrola-se numa região não especificada* ...
 - (C) ... *sua obra criou um âmbito próprio, um espaço geográfico e temporal* ...
 - (D) ... *espaço que circunscreve seus míticos personagens* ...
 - (E) ... *há também um mundo, um universo Guimarães Rosa* ...

4. Leia o texto abaixo e as afirmações I, II e III feitas em seguida.

Panorama é o nome dado, grosso modo, a qualquer vista abrangente de um espaço físico, ou seja, é uma ampla vista geral de uma paisagem, território, cidade ou de parte destes elementos, normalmente vistos de um ponto elevado ou relativamente distante.

A palavra foi originalmente cunhada na segunda metade do século XVIII pelo pintor irlandês Robert Barker para descrever suas pinturas "panorâmicas" de Edimburgo. O vocábulo é formado por dois termos do grego antigo – *pan*, que significa "total", e *orama*, que significa "vista".

(Adaptado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Panorama>, acessado em 09/03/2011)

- I. A expressão *grosso modo* equivale a **de modo genérico**.
- II. O segmento *originalmente cunhada* poderia ser substituído, preservando-se o sentido e a correção, por **gravada de modo original**.
- III. Em *normalmente vistos de um ponto elevado ou relativamente distante*, a utilização do termo *normalmente* indica serem os pontos de observação mencionados os únicos que permitem caracterizar uma imagem como **panorâmica**.

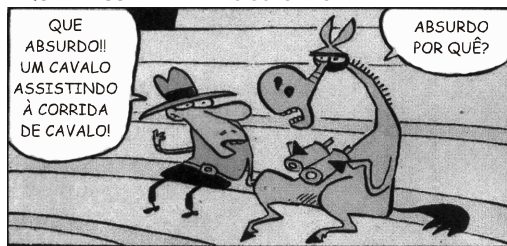
Tendo como base o texto acima, está correto o que consta em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, II e III.



5. Leia os quadrinhos da tirinha abaixo.

NÍQUEL NÁUSEA FERNANDO GONSALES



(Folha de S.Paulo, ilustrada, 24.03.2011, p. E13)

É correto afirmar que o humor da tira provém principalmente

- do fato de o cavalo concordar com a observação do homem de chapéu de que *um cavalo assistindo à corrida de cavalo* é mesmo um absurdo.
- do uso equivocado da palavra *absurdo*, pois o leitor sabe que não há nada de inusitado ou incomum no envolvimento com o trabalho de quem *está de férias*.
- da posição dos dois personagens, que conversam sobre a corrida de cavalos, mas estão voltados de costas para ela, o que só é revelado no último quadrinho.
- da quebra das expectativas do leitor ao dar-se conta, no último quadrinho, de que o *absurdo* aludido no primeiro tem sentido diverso do imaginado.
- do jogo de palavras que se estabelece entre o *absurdo* referido no primeiro quadrinho e a última frase dita pelo cavalo, no último – *Faz sentido!*

6. Analise as frases abaixo do ponto de vista da redação.

- A Gestão por Competências, alternativa aos modelos gerenciais tradicionalmente utilizados pelas organizações, propõem-se a orientar esforços para planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização, as competências necessárias à consecussão de seus objetivos.
- A proposta da Gestão por Competências é compreender quais são as competências organizacionais críticas para o sucesso empresarial, desdobrá-las em termos de competências profissionais e desenvolvê-las junto ao quadro de funcionários internos.
- Na Gestão por Competências, direcionam-se as ações prioritariamente para o gerenciamento da lacuna de competências eventualmente existente na organização ou equipe, procurando suprimi-la ou minimizá-la.
- Minimizar eventuais lacunas de competências significam orientar e estimular os profissionais a eliminar as discrepâncias entre o que eles são capazes de fazer e o que a organização espera que eles façam.

(Adaptado de "Gestão por competências", http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_por_compet%C3%A2ncias, acessado em 01/04/2011)

Estão redigidas de acordo com a norma culta APENAS as frases

- I e III.
- II e III.
- I e IV.
- I, II e IV.
- II, III e IV.

Atenção: As questões de números 7 e 8 referem-se ao texto abaixo.

Electra II*

(...)

*Electra II é
para mim
ponte-aérea
Rio-S. Paulo
é cartão
de embarque
na mão e vento
nos cabelos
é
subir a escada
e voar*

Electra II

*para mim
é a cidade
do alto a ponte
e a salgada
baía
e a Ilha
Fiscal
antes de pousar*

(...)

*Natural pois
encontrá-lo
no aeroporto
Santos Dumont*

*mas nunca
na rua Paula Matos
ainda que
acima da minha
cabeça (e
das casas)
espiando
entre os ramos*

*como se me buscasse
pela cidade*

(...)

* O mais famoso avião a operar, durante muitos anos, a ponte aérea Rio-São Paulo.

Ferreira Gullar

(Muitas vozes. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p. 4-8)

7. Os segmentos *Natural pois* e *mas nunca* aludem, respectivamente,

- ao que é próprio da natureza e ao que é artificial.
- à Ilha Fiscal e ao *Electra II*.
- ao acidental ou episódico e ao acontecimento previsto, rotineiro.
- ao previsto ou esperado e à súbita e inesperada aparição.
- à ponte aérea Rio-S. Paulo e ao aeroporto Santos Dumont.



8. Considere os versos abaixo.

*Natural pois
encontrá-lo
no aeroporto
Santos Dumont...*

*mas nunca
na rua Paula Matos
ainda que
acima da minha
cabeça (e
das casas)
espiando
entre os ramos*

*como se me buscasse
pela cidade*

Reorganizados num único período em prosa, apresenta pontuação inteiramente adequada:

- (A) Natural, pois encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas, nunca na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas): espiando, entre os ramos como se me buscasse pela cidade.
- (B) Natural pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas nunca na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas) espiando, entre os ramos como se me buscasse pela cidade.
- (C) Natural, pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas nunca na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas), espiando entre os ramos como se me buscasse pela cidade.
- (D) Natural, pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont mas, nunca na rua Paula Matos ainda que, acima da minha cabeça (e das casas), espiando entre os ramos: como se me buscasse pela cidade.
- (E) Natural pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas nunca, na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas), espiando entre os ramos como se me buscasse – pela cidade.

Atenção: As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto abaixo.

Ingres é o mais contraditório dos pintores. Defendia valores eternos, imutáveis e, num certo sentido, retrógrados. Mas, de maneira involuntária, perverteu os princípios clássicos que proclamava e foi essencial para artistas da modernidade, como Picasso ou Matisse. Quando houve, em 1911, uma exposição de Ingres em Paris, Degas prestou-lhe uma homenagem única: já velho e cego, foi, ainda assim, para pelo menos passar a mão sobre a superfície das telas do grande mestre.

Ingres concedia tanta intensidade formal ao estampado de um vestido, a um leque ou a um vaso, quanto aos braços, às espáduas, aos rostos. Nessa ausência de hierarquia, nesse universo de eternidades estáticas e objetivadas, instala-se o desconforto para o olhar. Não há pintor tão enigmático quanto esse mestre, que se queria conservador, claro e clássico.

(Adaptado de Jorge Coli. **Ponto de Fuga, Um estranho mestre.** São Paulo, Perspectiva, 2004, p. 189)

9. ... se queria conservador, claro e clássico. (2º parágrafo)

Com a afirmativa acima, o autor

- (A) explica a razão por que nas obras de Ingres há excesso de *intensidade formal*, tendendo para o *bizarro*.
- (B) reitera a observação feita anteriormente de que Ingres era adepto de *valores eternos, imutáveis*, que, no entanto, não se refletiam em suas obras.
- (C) ironiza preceitos difundidos por escolas de Belas Artes do passado, que tolhiam a criatividade de artistas que cultivavam um relativo *desconforto para o olhar*.
- (D) indica as principais qualidades formais da obra de Ingres, que, opondo-se aos modernistas, criava em suas obras um *universo de eternidades estáticas*.
- (E) esclarece o fato de Ingres ter sido apenas tardiamente consagrado e reconhecido como *grande mestre* por artistas como Picasso e Matisse.

10. ... os princípios clássicos que proclamava ...

O verbo que se encontra flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está em:

- (A) *Não há pintor tão enigmático ...*
- (B) *... foi essencial para artistas ...*
- (C) *Defendia valores eternos ...*
- (D) *... pelo menos passar a mão sobre ...*
- (E) *Quando houve, em 1911 ...*

11. *Ingres concedia tanta intensidade formal ao estampado de um vestido ...*

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o da frase acima se encontra em:

- (A) *Degas prestou-lhe uma homenagem única ...*
- (B) *Ingres é o mais contraditório dos pintores.*
- (C) *... já velho e cego, foi, ainda assim ...*
- (D) *... perverteu os princípios clássicos ...*
- (E) *Defendia valores eternos, imutáveis ...*

12. Diferentemente de outros pintores impressionistas de sua época, que, no entanto respeitava imensamente, Degas dedicou-se estudar os efeitos que a luz artificial, em oposição natural, impunha cenas que retratava.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) a - a - às
- (B) a - à - às
- (C) à - a - as
- (D) à - à - as
- (E) a - à - as



Atenção: As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto abaixo.

O modo de ser da personagem Ricardo II, da peça A tragédia do rei Ricardo II, de William Shakespeare, parece elaborado para ilustrar a oscilação entre a pessoa e a sua função política. Em Ricardo a divisão interior é consubstancial, isto é, algo inerente ao seu modo de ser, podendo representar com maior clareza a dicotomia entre o eu e o outro, pressuposta na estrutura do mando. Quando alguém assume papel político, incorpora esse outro, que é quem precisa dos critérios de legitimação do mando. Mandar é tê-lo em si; quando ele se anula o sujeito fica reduzido à condição comum. Ao mesmo tempo arrogante e humilhado, Ricardo alterna a prepotência com a submissão e passa da confiança cega ao desalento, a ponto de abdicar antes que a abdicação lhe seja imposta. O processo se resolve na cena da abdicação, porque a dualidade da face e do seu reflexo é desfeita pela destruição do espelho. O homem absorveu o rei, como antes o rei absorvera o homem.

(Adaptado de Antonio Candido. "A culpa dos reis: mando e transgressão no Ricardo II". **Ética**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 98)

13. Depreende-se da análise de Antonio Candido da peça de Shakespeare que o *eu* e o *outro* mencionados são, respectivamente, o

- (A) rei que é deposto de seu trono e o rei que é alçado ao poder.
- (B) sujeito que detém a autoridade e o mando, e o sujeito submisso que obedece àquele.
- (C) monarca autoritário e prepotente, e aquele que é fraco e submisso aos súditos.
- (D) homem equilibrado e seguro, e o sujeito deprimido e entregue às circunstâncias adversas.
- (E) homem dotado de humanidade e o sujeito revestido da autoridade decorrente de sua posição.

14. ... *como antes o rei absorvera o homem.*

Passando-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) seria absorvido.
- (B) é absorvido.
- (C) absorveu-se.
- (D) fora absorvido.
- (E) havia de absorver.

15. Considere as frases abaixo, construídas com palavras retiradas do texto (grafadas em negrito). A frase cuja redação está inteiramente de acordo com a norma culta é:

- (A) Alguns acreditam que com o advento da chamada globalização o mundo foi **reduzido** entre uma pequena aldeia.
- (B) É notável a **submissão** de certos animais acerca do dono.
- (C) Não se pode afirmar que não haja **legitimação** sobre regras morais na sociedade contemporânea.
- (D) Parece razoável propor que em todas as áreas do conhecimento há certa **dicotomia** à teoria e prática.
- (E) Alguns críticos acreditam que a sensibilidade é **inerente** nos grandes artistas.

Legislação

16. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a declaração de nulidade do contrato administrativo

- (A) não desconstitui qualquer efeito jurídico já produzido, tendo em vista que estes já são considerados atos jurídicos perfeitos.
- (B) opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, mas não desconstitui os já produzidos nos 180 dias anteriores.
- (C) não opera retroativamente, uma vez que os efeitos jurídicos ordinários já foram produzidos.
- (D) opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- (E) opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir até o limite de 24 meses, mas não desconstitui os já produzidos.

17. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a licitação, na modalidade Convite,

- (A) terá no mínimo três participantes escolhidos e convidados pela unidade administrativa dentre interessados, cadastrados ou não.
- (B) ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) poderá ter o convite estendido a participantes cadastrados ou não que manifestarem seu interesse com antecedência de até doze horas da apresentação das propostas.
- (D) terá no mínimo cinco participantes escolhidos e convidados pela unidade administrativa dentre interessados, cadastrados ou não.
- (E) ocorre entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

18. Mario, comandante de aeronave, recebeu de órgão controlador de voo ordem para pousar. Posteriormente, ficou comprovado que a autoridade aeronáutica excedeu suas atribuições e, sem motivos relevantes, expediu esta ordem. Neste caso, a autoridade aeronáutica que expediu a ordem de pouso está sujeita à penalidade de

- (A) advertência escrita e multa administrativa.
- (B) suspensão por prazo que variará de 15 a 60 dias, conversíveis em multa.
- (C) suspensão por prazo que variará de 60 a 120 dias, conversíveis em multa.
- (D) advertência escrita, somente.
- (E) suspensão por prazo que variará de 30 a 90 dias, conversíveis em multa.



19. Considere as seguintes assertivas a respeito da entrada e saída do Espaço Aéreo Brasileiro:
- I. Toda aeronave proveniente do exterior fará, respectivamente, o primeiro pouso ou a última decolagem em aeroporto internacional.
 - II. A lista de aeroportos internacionais será publicada pela autoridade aeronáutica, sendo que suas denominações poderão ser modificadas mediante lei estadual, quando houver necessidade técnica dessa alteração.
 - III. Os aeroportos situados na linha fronteira do território brasileiro não poderão ser autorizados a atender ao tráfego regional, entre os países limítrofes, com serviços de infraestrutura aeronáutica comuns.
 - IV. As aeronaves brasileiras poderão ser autorizadas a utilizar aeroportos situados em países vizinhos, na linha fronteira ao Território Nacional, com serviços de infraestrutura aeronáutica comuns ou compartilhados.
- De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, está correto o que consta APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II e IV.
20. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, os aeródromos
- (A) públicos e privados serão abertos ao tráfego através de autorização administrativa do Ministro da Defesa.
 - (B) civis poderão ser utilizados por aeronaves militares, mas os aeródromos militares não poderão ser utilizados por aeronaves civis, por expressa vedação legal.
 - (C) públicos poderão ser construídos, mantidos e explorados por concessão ou autorização.
 - (D) privados só poderão ser utilizados com permissão de seu proprietário, permitida a exploração comercial.
 - (E) públicos, enquanto mantida a sua destinação específica pela União, constituem universidades e patrimônios autônomos, dependentes do titular do domínio dos imóveis onde estão situados.
21. O Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos, o Plano Básico de Zoneamento de Ruído, o Plano de Zona de Proteção de Helipontos e os Planos de Zona de Proteção e Auxílios à Navegação Aérea serão aprovados por ato do
- (A) Ministro da Justiça.
 - (B) Ministro da Defesa.
 - (C) Presidente da República.
 - (D) Ministro da Aeronáutica.
 - (E) Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.
22. O contrato de arrendamento de aeronave deverá ser feito por instrumento
- (A) público obrigatório, com a assinatura de uma testemunha, e inscrito no Registro Aeronáutico Brasileiro.
 - (B) público obrigatório, com a assinatura de três testemunhas, e inscrito no Registro Aeronáutico Brasileiro.
 - (C) público ou particular, com a assinatura de duas testemunhas, e registrado no Cartório de Títulos e Documentos competente.
 - (D) público obrigatório, com a assinatura de duas testemunhas, facultado o seu Registro Aeronáutico Brasileiro.
 - (E) público ou particular, com a assinatura de duas testemunhas, e inscrito no Registro Aeronáutico Brasileiro.
23. A natureza de autarquia especial conferida à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC é caracterizada, dentre outras, pelas seguintes particularidades:
- (A) dirigentes sem mandato fixo e independência administrativa.
 - (B) dependência financeira e dirigentes com mandato fixo.
 - (C) subordinação hierárquica e autonomia financeira.
 - (D) independência administrativa e ausência de subordinação hierárquica.
 - (E) subordinação hierárquica e dependência financeira.
24. NÃO constitui competência da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC:
- (A) negociar, realizar intercâmbio e articular-se com autoridades aeronáuticas estrangeiras, para validação recíproca de atividades relativas ao sistema de segurança de voo, inclusive quando envolvam certificação de produtos aeronáuticos, de empresas prestadoras de serviços e fabricantes de produtos aeronáuticos, para a aviação civil.
 - (B) representar o País junto aos organismos internacionais de aviação civil, inclusive nos assuntos relativos ao sistema de controle do espaço aéreo e ao sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.
 - (C) proceder à homologação e emitir certificados, atestados, aprovações e autorizações, relativos às atividades de competência do sistema de segurança de voo da aviação civil, bem como licenças de tripulantes e certificados de habilitação técnica e de capacidade física e mental, observados os padrões e normas por ela estabelecidos.
 - (D) deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação, sobre serviços aéreos e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive casos omissos, quando não houver orientação normativa da Advocacia-Geral da União.
 - (E) firmar convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades governamentais, nacionais ou estrangeiros, tendo em vista a descentralização e fiscalização eficiente dos setores de aviação civil e infraestrutura aeronáutica e aeroportuária.



25. João, servidor público civil do Poder Executivo Federal, retirou da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, documento pertencente ao patrimônio público. Já Maria, também servidora pública civil do Poder Executivo Federal, deixou de utilizar avanços técnicos e científicos do seu conhecimento para atendimento do seu mister. Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que
- (A) nenhuma das condutas narradas constitui vedação prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (B) apenas João cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (C) apenas Maria cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (D) ambos praticaram condutas vedadas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (E) João e Maria não estão sujeitos a Código de Ética; portanto, suas condutas, ainda que eventualmente irregulares, deverão ser apreciadas na seara própria.
-
26. No que concerne aos serviços aéreos,
- (A) as concessões ou autorizações para os serviços aéreos públicos serão regulamentadas pelo Poder Legislativo, através de sua competência exclusiva, e somente poderão ser cedidas ou transferidas mediante anuência da autoridade competente.
- (B) os serviços aéreos privados são os realizados, com remuneração, em benefício do próprio operador, compreendendo, dentre outras, as atividades aéreas de recreio ou desportivas.
- (C) os proprietários ou operadores de aeronaves destinadas a serviços aéreos privados, sem fins comerciais, necessitam de autorização para suas atividades aéreas, fornecida após recebimento das informações prévias sobre voo planejado.
- (D) a exploração de serviços aéreos públicos dependerá sempre da prévia concessão, quando se tratar de transporte aéreo não regular, ou de autorização no caso de transporte aéreo regular.
- (E) o transporte aéreo de mala postal poderá ser feito, com igualdade de tratamento, por todas as empresas de transporte aéreo regular, em suas linhas, atendendo às conveniências de horário, ou mediante fretamento especial.
-
27. Nos termos do Código Brasileiro de Aeronáutica, o explorador da aeronave responde pelos danos a terceiros na superfície, causados, diretamente, por aeronave em voo. Considere hipótese específica em que quem pilotava a aeronave, causadora dos danos a terceiros na superfície, era o preposto do explorador, inexistindo qualquer causa legal excludente de responsabilidade. Acerca do fato narrado,
- (A) responderá pelos danos o explorador.
- (B) trata-se de hipótese de responsabilidade subsidiária, isto é, o explorador somente responderá caso os danos não possam ser ressarcidos pelo preposto.
- (C) responderá pelos danos o preposto, não havendo qualquer responsabilidade por parte do explorador.
- (D) o explorador e o preposto responderão em igualdade de condições, isto é, cada um arcará com metade dos prejuízos causados.
- (E) trata-se de hipótese em que inexistente qualquer responsabilidade pelos danos causados.
-
28. O atraso injustificado na execução do contrato administrativo sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Referida multa
- (A) pode ser descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ao contratado.
- (B) não corresponde à sanção administrativa prevista na Lei nº 8.666/1993.
- (C) impede que a Administração Pública aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.
- (D) não pode ser superior ao valor da garantia prestada pelo contratado.
- (E) não pode, em qualquer caso, ser cobrada judicialmente.
-
29. O pregão, previsto na Lei nº 10.520/2002,
- (A) não poderá ser adotado para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (B) corresponde à modalidade de licitação em que a disputa não poderá ser feita por meio de propostas e lances em sessão pública.
- (C) poderá ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia de informação, nos termos de regulamentação específica.
- (D) corresponde à modalidade de licitação destinada apenas à União Federal.
- (E) trata de modalidade licitatória em que não são aplicáveis, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/1993, dada a especificidade da disciplina legal que lhe é aplicável.
-
30. O Comandante de Aeronave
- (A) não tem seu nome constante do Diário de Bordo.
- (B) poderá, sob sua responsabilidade, adiar ou suspender a partida da aeronave, quando julgar indispensável à segurança do voo.
- (C) poderá delegar a outro membro da tripulação as atribuições que se relacionem com a segurança do voo.
- (D) não é responsável pela guarda de bagagens despachadas, ainda que lhe sejam asseguradas pelo proprietário ou explorador condições de verificar a quantidade e estado das mesmas.
- (E) é responsável pela segurança da aeronave, porém não pela operação da mesma.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Analise as definições:

- I. Quantidade de moeda a ser trocada de acordo com a posse de um produto, bem ou serviço.
- II. Quantidade de moeda que foi trocada na aquisição de um produto, bem ou serviço.
- III. Quantidade de dinheiro que se aceita ser trocado por um produto, bem ou serviço.

Os itens I, II e III tratam, correta e respectivamente, de:

	I	II	III
A	Custo	Valor	Preço
B	Valor	Preço	Custo
C	Valor	Custo	Preço
D	Preço	Custo	Valor
E	Preço	Valor	Custo

32. Buscando facilitar a fase de planejamento e a definição do custo da execução de uma obra, o setor especializado de uma empresa de engenharia se utiliza do processo de decomposição lógica do projeto, identificado como

- (A) Planilha de Fluxo.
- (B) Planilha Executiva.
- (C) Planilha de Orçamento.
- (D) Planilha de Custos Finais.
- (E) Estrutura Analítica do Projeto.

33. A ferramenta "Estrutura Analítica de Projeto" auxilia as atividades de um Gerente de Projetos de forma a

- (A) fornecer o cronograma físico e financeiro.
- (B) listar os custos indiretos anuais de uma determinada construtora.
- (C) definir a lista de materiais a serem utilizados em determinada obra, seguindo uma sequência lógica.
- (D) definir a lista de insumos a serem comprados para uma obra, seguindo uma sequência cronológica.
- (E) especificar a lista de todos os trabalhos ou produtos a serem entregues ao contratante, por meio da decomposição lógica do projeto em pequenas partes.

34. No que se refere aos métodos de cálculos desenvolvidos para a formação do preço de obras, analise:

- (A) O método "Analítico" é usado para o cálculo do orçamento e das taxas internas de BDI para construtores e, nele, são tratadas mais abertamente as despesas indiretas.
- (B) Os métodos "Sintético" e "Analítico" devem chegar a valores sempre iguais, mudando apenas a forma de cálculo.
- (C) O método "Analítico" é usado pelo contratante para mostrar resumidamente as despesas que aceita pagar, num detalhamento extenso para o cálculo de BDI.
- (D) O método "Sintético" considera que o contratante não aceita pagar valores referentes ao BDI.
- (E) O método "Sintético" é elaborado a partir de um detalhamento tido como suficiente à elaboração de orçamentos para venda de serviços de empresas construtoras.

35. Os gastos necessários para a divulgação de um empreendimento no mercado são contabilizados como despesas comerciais, cujo objetivo direto está relacionado com a possibilidade de contratação de novas obras e/ou empreendimentos. Nesse contexto, o procedimento técnico que deve ser adotado para que o investimento seja operacionalizado é

- (A) o levantamento de gastos técnicos.
- (B) a elaboração de Orçamento Mensal.
- (C) a elaboração de Orçamento Comercial.
- (D) o levantamento de gastos administrativos.
- (E) o levantamento de gastos com representação comercial.

36. As despesas financeiras decorrentes do custo de obras e serviços de engenharia poderão ser calculadas, com maior grau de precisão, a partir

- (A) da definição do cronograma de receitas.
- (B) do estabelecimento do cronograma de despesas.
- (C) do conhecimento dos cronogramas de receitas e despesas.
- (D) da definição do cronograma de receitas e da taxa de juros.
- (E) do conhecimento dos cronogramas de receitas/despesas e da taxa de juros.

37. A modalidade de preço considerada como ideal para contratação de obras que possuem bons detalhamentos, mas que estão sujeitas a alterações na qualidade e quantidade de serviços, numa proporção de até 25% de variação nos custos, corresponde à de preço

- (A) misto.
- (B) global.
- (C) unitário.
- (D) tarefa.
- (E) unitário ou tarefa.



38. Uma construtora contrata uma obra por empreitada no valor de R\$ 130.000,00, cuja composição do preço está apresentada na tabela abaixo.

Item	Valor	Observação
Material de construção	55.000,00	Possui todas as Notas Fiscais
Mão-de-obra	45.000,00	Custos totais de sua equipe própria
Custo	100.000,00	Custo total de produção
Lucro e indiretos	30.000,00	
Preço	130.000,00	

Sabendo-se que ela recolhe impostos pelo sistema de lucro presumido e que, na cidade do empreendimento, a alíquota do ISS é de 3%, é correto afirmar que os respectivos percentuais da carga tributária do contrato em relação ao preço e da carga tributária em relação ao custo direto serão iguais a

- (A) 3,00% e 8,04%.
- (B) 8,04% e 10,45%.
- (C) 3,00% e 10,45%.
- (D) 10,45% e 8,04%.
- (E) 10,45% e 3,00%

39. Na elaboração do planejamento do tempo de execução de uma obra ou serviço de engenharia, é correto afirmar:

- (A) O cronograma de barras demonstra com clareza a interdependência das atividades.
- (B) Para se elaborar um cronograma, é necessário relacionar as atividades.
- (C) O cronograma de barras não pode ser confundido com o gráfico de *Gantt*.
- (D) A curva S não é elaborada em função do tempo.
- (E) A utilização de histogramas não facilita a visualização da distribuição de um recurso.

40. Em relação às diferenças existentes entre os percentuais calculados para os encargos sociais de "mensalistas" e de "horistas", é INCORRETO afirmar:

- (A) Não há diferenças entre os percentuais.
- (B) A denominação "horista" é referente ao percentual de encargos que é aplicado sobre o valor-hora a ser pago ao operário.
- (C) A denominação "mensalista" é referente ao percentual de encargos que é aplicado sobre o valor-mês a ser pago ao operário.
- (D) Torna-se mais apropriada a denominação de encargos sobre trabalho produtivo para os encargos de "horistas".
- (E) Torna-se mais apropriada a denominação de encargos sobre folha de pagamento para os encargos de "mensalistas".

41. NÃO é uma contribuição que deve ser considerada na composição dos encargos sociais básicos associados às atividades de uma empresa:

- (A) Parafiscais.
- (B) Salário-educação.
- (C) Programa de Integração Social.
- (D) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- (E) Seguro contra os riscos de acidentes do trabalho.

42. Com relação ao cálculo do percentual dos encargos sociais referentes aos custos com mão-de-obra, NÃO é um parâmetro a ser considerado:

- (A) rotatividade dos operários.
- (B) valor homem/hora na execução do empreendimento.
- (C) percentual dos operários que se acidentam no trabalho.
- (D) percentual dos operários que gozam o período de férias.
- (E) percentual dos operários que cumprem o aviso prévio trabalhando.

43. Em relação aos impostos incidentes sobre a folha de pagamento dos salários de uma empresa, é correto afirmar:

- (A) São fixos, não variando através do tempo.
- (B) São fixos, não variando de um local para outro.
- (C) Devem ser calculados independentemente da forma de contratação (horista ou mensalista).
- (D) Os salários e benefícios pagos para mensalistas poderão ser inferiores ao acordado entre sindicatos e por meio de acordos coletivos.
- (E) No caso dos horistas, nenhum encargo social está embutido no salário-hora; por isso, devem ser considerados no percentual de encargos sociais tanto o repouso semanal remunerado quanto os feriados que são pagos aos empregados complementarmente.

44. Quanto ao emprego do indicador de gestão de economicidade aplicável aos dispêndios com serviços terceirizados (Fator K), é INCORRETO concluir:

- (A) Não se aplica o Fator K em contratos de serviços nas áreas de recepção e bombeiros civis.
- (B) Os principais contratos de serviços aos quais se aplica o Fator K são os de vigilância e limpeza/manutenção.
- (C) O Fator K corresponde à razão entre o custo total de um trabalhador e o valor pago ao mesmo trabalhador a título de remuneração.
- (D) O Fator K depende, basicamente, dos salários e demais vantagens definidos nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho.
- (E) O Fator K aplica-se a contratos que envolvam a alocação de empregados nas instalações da unidade contratante, com obrigação da contratada de manter o quantitativo definido durante toda a vigência do contrato.



45. Em termos genéricos, a depreciação é considerada como a parcela do custo operacional correspondente ao desgaste e à obsolescência do equipamento que ocorrem ao longo de sua vida útil. Assim sendo, o valor total de um equipamento submetido a uso continuado
- (A) é o valor residual do equipamento no final de sua vida útil.
- (B) é a soma dos custos de manutenção periódica do equipamento.
- (C) equivale ao valor de um equipamento idêntico ou similar em estado novo.
- (D) é a diferença entre o preço do equipamento novo e o valor residual que ele ainda possui ao final de sua vida útil.
- (E) equivale ao valor de um fundo, de tal forma que, ao final da vida útil do equipamento, tal valor seja suficiente para a aquisição de um equipamento idêntico novo.
-
46. Para evitar o golpe de aríete decorrente da operação das válvulas de descarga das instalações prediais deve-se, dentre outras possibilidades, providenciar
- (A) a colocação de TAUs na tubulação do prédio.
- (B) o uso de tubulações capilares, de forma a reduzir velocidade da água.
- (C) a adição, na corrente hidráulica, de produtos que induzam cavitação.
- (D) o uso de válvulas de descarga para fechamento lento, que devem ser reguladas.
- (E) a aplicação de substâncias químicas que formem bolhas e amortecem a variação de pressão.
-
47. Quanto à legislação relativa a tributos aplicáveis à obra, projetos e serviços de engenharia, é correto afirmar:
- (A) O IPTU e o IPVA fazem parte das despesas diretas de qualquer obra.
- (B) O INSS e o FGTS são cobrados explicitamente na planilha orçamentária da obra.
- (C) O IRPJ, o INSS e a CSLL são impostos que não dependem do lucro da empresa construtora.
- (D) O IPI e o ICMS estão entre os impostos incluídos nas notas fiscais de fornecedores de materiais.
- (E) O ISS é um imposto municipal e por isso não deve ser considerado no orçamento de grandes obras de engenharia.
-
48. São princípios, dentre outros, que devem nortear a atuação da Administração Pública previstos na Constituição Federal:
- (A) legalidade e eficiência.
- (B) veracidade e legitimidade.
- (C) confiabilidade e segurança.
- (D) pessoalidade e continuidade.
- (E) legitimidade e confiabilidade.
-
49. Para identificação dos riscos existentes nos diversos locais de trabalho, as empresas devem estabelecer seus respectivos Mapas de Risco, utilizando-se de padrões de cores para alertar os usuários. Considerando que, na parte interna de um aeroporto exista uma área para manuseio de produtos químicos em geral, a cor que deverá ser utilizada para identificar tal risco nessa área é a
- (A) azul.
- (B) verde.
- (C) marrom.
- (D) amarela.
- (E) vermelha.
-
50. Como modal de transporte de carga, os aeroportos podem dispor de área específica para armazenamento e manuseio de materiais radioativos. Com o objetivo de preservar a segurança das pessoas que transitam nessa área, a cor que deve ser utilizada para pintar as portas e aberturas de acesso é a
- (A) púrpura.
- (B) preta.
- (C) azul.
- (D) amarela.
- (E) vermelha.
-
51. Levando-se em consideração a altura de um empreendimento, o critério, dentre outros, sobre o emprego dos tipos de andaimes na indústria da construção civil está corretamente definido em:
- (A) a partir do quarto pavimento deve-se utilizar andaime de metal.
- (B) em edificações de até quatro pavimentos deve-se utilizar andaime de madeira.
- (C) em edificações de até três pavimentos pode-se utilizar andaime de madeira.
- (D) para edificações acima de dois pavimentos deve-se utilizar andaime de metal.
- (E) independente do número de pavimentos, pode-se utilizar andaimes de madeira, sem restrições.
-
52. A legislação sobre Segurança e Higiene do Trabalho estabelece procedimentos que devem ser cumpridos pelos trabalhadores no desempenho de suas atividades. Aquele que, dentre outros procedimentos, NÃO está enquadrado como obrigação do trabalhador, refere-se
- (A) à utilização de máquinas corretamente.
- (B) ao zelo pela própria segurança e saúde.
- (C) ao cumprimento das prescrições de segurança.
- (D) à eliminação dos efeitos nocivos do trabalho monótono.
- (E) à cooperação para a melhoria do sistema de segurança.



53. De acordo com a legislação pertinente, uma hipótese, dentre outras, que torna inexigível a licitação é aquela que diz respeito à
- (A) contratação de obras para ampliação da infraestrutura aeroportuária de aeródromos federais.
- (B) contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais de notória especialização.
- (C) aquisição de obras-de-arte, de autenticidade comprovada, desde que compatíveis às finalidades do órgão público.
- (D) compra de imóvel destinado ao serviço público, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (E) licitação anterior, quando não acudirem interessados, e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas as condições preestabelecidas.
-
54. *É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.*
- O texto acima refere-se a um processo licitatório, cuja modalidade é a de
- (A) leilão.
- (B) convite.
- (C) concurso.
- (D) concorrência.
- (E) tomada de preço.
-
55. As obras e serviços para a Administração Pública, quando contratadas com terceiros, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, serão necessariamente precedidas de um processo denominado
- (A) auditoria.
- (B) licitação.
- (C) empenho.
- (D) liquidação.
- (E) concurso público.
-
56. De acordo com a legislação pertinente, um Projeto Básico deve conter um conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço. O referido documento NÃO deve, necessariamente, conter
- (A) os prazos de execução.
- (B) os métodos de execução.
- (C) o custo da obra ou serviço.
- (D) os tipos de serviços a serem executados.
- (E) a análise do impacto ambiental do empreendimento.
-
57. De acordo com a legislação pertinente, é correto afirmar:
- (A) Processo licitatório destina-se exclusivamente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme o instrumento convocatório.
- (B) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens sem similaridade ou de marcas e características exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável.
- (C) A certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor judicial da sede da empresa constitui um dos documentos relativos à habilitação jurídica.
- (D) Os atos do procedimento licitatório correm em sigilo entre os habilitados e a Administração, sendo públicos apenas a abertura das propostas e a divulgação do seu resultado.
- (E) Somente obras, compras, alienações, permissões e locações da Administração Pública devem ser precedidas de licitação quando contratados com terceiros, sendo dispensável para os serviços de publicidade.
-
58. O *Software* AUTOCAD dispõe de funcionalidades que auxiliam na execução do levantamento de quantitativos para o orçamento de um determinado projeto. Nesse sentido, os dados obtidos através do comando LIST em arquivos com extensão "dwg" são
- (A) a área e o material do objeto selecionado.
- (B) a data de execução do desenho e da obra.
- (C) a área e o perímetro do objeto selecionado.
- (D) o nome do proprietário do objeto selecionado.
- (E) as dimensões aproximadas do objeto selecionado.
-
59. Considere que, em uma planilha eletrônica do *Microsoft Excel/2003*, do pacote de aplicativos *Office XP*, versão em português, na sua configuração padrão, o valor da célula B1 foi obtido através da aplicação da fórmula =2+3. Um usuário seleciona e copia a célula B1 e, em seguida, seleciona a célula C1 e executa a operação de "colar". Com base nessas informações, após a operação, é correto afirmar:
- (A) A célula C1 passa a exibir o valor 5.
- (B) A célula C1 fica bloqueada, impossibilitando alterar seu conteúdo.
- (C) A célula B1 fica bloqueada, não sendo possível alterar seu conteúdo.
- (D) Se o valor da célula B1 for alterado para 10, a célula C1 também passará a exibir o valor 10.
- (E) O *Excel* exibe uma mensagem de erro informando que não é possível copiar células que contenham fórmulas.
-
60. Durante a construção de um empreendimento, o processo de gerenciamento de riscos é desenvolvido em atividades interligadas, EXCETO
- (A) a identificação de riscos.
- (B) a análise qualitativa e quantitativa.
- (C) o planejamento de atividades técnicas.
- (D) o planejamento de resposta a riscos.
- (E) o monitoramento e controle de riscos.



ESTUDO DE CASO

Instruções: Em conformidade com o Capítulo VIII, DA PROVA DE ESTUDO DE CASO PARA TODOS OS CARGOS, constante do Edital de Abertura de Inscrições nº 01/2011.01, será atribuída nota ZERO à Prova de Estudo de Caso que apresentar qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado, devendo-se, portanto, observar os limites máximos para cada questão, conforme espaços já planejados para eventual rascunho neste Caderno de Questões.

QUESTÃO 1

Dentre tantas funções para a Engenharia Civil, ela pode representar a possibilidade da execução de empreendimentos em todos os segmentos comerciais e industriais, vindo acompanhada de uma série de preocupações, principalmente com relação às questões financeiras. Estimar, com um mínimo de confiança, o que ocorrerá em termos de gastos, ou seja, fornecer um orçamento confiável é um dos maiores desafios do setor, exigindo dos engenheiros a capacidade de apresentar estimativas de custo antes mesmo de que o projeto esteja detalhado, fornecendo subsídios para a tomada de decisão dos clientes. Assim, apresentar dados confiáveis sobre o percentual do custo de cada etapa de uma construção pode proporcionar o embasamento para que projetos fiquem mais acessíveis, como também torna mais fácil a tarefa de executar um orçamento. O engenheiro responsável por um determinado empreendimento, teve que considerar os seguintes custos estimados por etapas da obra:

- Serviços Preliminares: R\$ 30.000,00;
- Alvenaria: R\$ 20.000,00;
- Acabamentos: R\$ 45.000,00;
- Escavações/Fundações: R\$ 55.000,00;
- Estrutura: R\$ 50.000,00.

Com base nos dados fornecidos, responda ao que se pede.

a. Apresente, de forma organizada, a sequência lógica das etapas para execução da obra.

1	
2	
3	
4	
5	
6	

b. Usando a tabela abaixo, organize um cronograma físico-financeiro para 05 (cinco) meses, sendo que, no terceiro mês, o custo represente 70% do custo total da obra.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ETAPAS	CUSTO (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5
1						
2						
3						
4						
5						
CUSTO (R\$/Mês)						
ACUMULADO (R\$)						

**QUESTÃO 2**

Recebimento de serviços e/ou obras de engenharia é a atividade a ser desempenhada por um grupo técnico designado pela administração com a finalidade de proceder ao recebimento formal dos respectivos objetos contratados. Nesse contexto, é necessário que a equipe técnica responsável pelo recebimento tenha pleno domínio do significado dos termos e definições que estão estabelecidos na formalização do contrato.

Nesse contexto, responda ao que se pede:

a. O que significa Discriminação Técnica no contexto de um contrato de execução de serviço e/ou obra?

1	
2	
3	
4	
5	
6	

b. Como é a denominação técnica correta da apuração dos quantitativos e valores realizados na execução de um serviço ou obra?

1	
2	
3	
4	
5	
6	

c. Qual é o instrumento legal que o contratante utiliza para determinar o início da execução de uma obra ou serviço?

1	
2	
3	
4	
5	
6	

d. Qual a descrição técnica para o termo Proprietário no contexto de um contrato de serviço ou obra?

1	
2	
3	
4	
5	
6	

e. Qual é o ato formal que determina a aprovação e aceitação de um serviço e/ou obra objeto de um contrato?

1	
2	
3	
4	
5	
6	